



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ Estado de São Paulo

Vistos.

Trata-se de proposta apresentada pelo Agente de Contratação, por meio de despacho devidamente fundamentado, sugerindo a revogação da Concorrência nº 002/2025, em razão da identificação de inconsistências no sistema eletrônico utilizado na condução do certame, especialmente quanto à ocorrência de divergências de horário nos registros operacionais, o que pode ter comprometido a lisura, a competitividade e a isonomia entre os licitantes.

Considerando que as falhas relatadas têm potencial de afetar a integridade do procedimento licitatório, violando princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 — tais como isonomia, seleção da proposta apta a gerar melhor resultado para a Administração, julgamento objetivo e transparência;

Considerando que a Administração Pública detém o **poder-dever de revogar** o procedimento licitatório por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021;

Considerando, ainda, que as inconsistências técnicas verificadas no sistema eletrônico não podem ser atribuídas aos licitantes e impedem a plena segurança jurídica do resultado;

**ACOLHO** a proposta apresentada pelo Agente de Contratação e **DETERMINO A REVOGAÇÃO** da **Concorrência nº 002/2025**, por motivo de interesse público e para preservação da lisura e confiabilidade do procedimento.

Determino, ainda:

1. A imediata ciência aos licitantes acerca da presente decisão, na forma do art. 74, §2º, da Lei 14.133/2021;
2. A adoção das providências administrativas necessárias à verificação das falhas do sistema eletrônico;
3. Após sanadas as inconsistências, novo procedimento licitatório deverá ser instaurado, caso permaneça o interesse público na contratação.

Publique-se. Cumpra-se.





Presidente da Câmara Municipal da Estância Balneária de Mongaguá

